

Quatro objetivos a perseguir neste novo ano

As previsões para o ano que se inicia refletem, como é natural, o pessimismo causado pela deterioração da situação econômica do País no ano que se encerrou. A virulência da inflação, que em dezembro atingiu a taxa mensal de 14,14%, e o declínio de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 8,2% em 1986 para algo entre 3,2 e 3,6% no ano passado, conferem credibilidade a projeções nada estimulantes para este 1988, como as que foram feitas recentemente pelos economistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com essas projeções, o PIB crescerá menos ainda do que em 1987, devendo situar-se entre 1 e 2%, por causa do estacionamento da produção agrícola, das dificuldades de se aumentarem as exportações num quadro de retração das economias industrializadas e, ainda, da previsível continuidade na queda de poder aquisitivo dos trabalhadores, em razão da aceleração dos aumentos de preços e da atual política salarial. Quanto à inflação, os economistas da entidade prevêem que tanto ela pode situar-se novamente entre 300 e

400% no ano quanto pode desgarrar-se, chegando até a 800%.

Projeções ainda mais pessimistas do que essas também existem, contrapondo-se às de técnicos do governo, por dever de ofício mais otimistas. Mas, a nosso ver, ao nível das atividades empresariais, não se pode dar crédito demasiado a tais opiniões. A experiência demonstra que previsões de início de ano dificilmente se concretizam e que os resultados finais acabam ficando muito melhores ou muito piores do que elas. Por isso, com a necessária cautela, mas sem desânimo, as empresas devem planejar suas atividades levando em conta as condições objetivas do respectivo mercado, que elas conhecem melhor do que ninguém.

Num plano mais amplo, cabe ao governo e à classe política, assim como aos representantes da sociedade civil capazes de exercer alguma influência nas decisões da República, perseguir os objetivos que possam mudar significativamente as perspectivas econômicas. O primeiro desses objetivos,

certamente, é a feitura de uma Constituição duradoura e digna do País, para o que renovamos nossa confiança na capacidade de discernimento da Assembléia Constituinte. O segundo é a sustentação do crescimento econômico, em nível superior, pelo menos, ao do crescimento demográfico de 2,5% ao ano, mediante a execução de uma política econômica estimuladora da produção e do investimento. O terceiro, para viabilizar essa política, é a obtenção de um acordo amplo com os credores da dívida, tendo em vista, principalmente, a necessidade de reduzirmos a transferência de recursos ao exterior. E o quarto, também para afastar o risco de um ajustamento traumático, pela via de recessão, é a racionalização e o disciplinamento do aparelho estatal, um objetivo que requer a criação de mecanismos hábeis de controle por parte do Legislativo e a ampliação dos canais de comunicação pelos quais os governados possam influir nas decisões dos governantes.

As dificuldades momentâneas não podem obscurecer esses objetivos, que a nosso ver são básicos

para a consolidação democrática e para a criação de condições para um crescimento econômico mais estável. No acordo a ser buscado para a dívida, por exemplo, entendemos que um recuo das posições de fundo assumidas até agora não contribuirá para o engrandecimento deste governo de transição, nem, tampouco, propiciará os meios para a estabilização econômica do País.

A perseguição desses objetivos imporá, temos certeza, uma postura mais ética para o exercício do poder público, porque se estará firmando um compromisso com o futuro da Nação. Por mais indulgentes que possam ser, os cidadãos comuns certamente estão sentindo que algo se perdeu, ou ainda não se realizou, quanto às esperanças despertadas pela ascensão da Nova República, já há quase três anos. Portanto, quando se inicia um novo ano, é justo que eles possam, ao menos, esperar que as mudanças prometidas afinal venham para diminuir a distância entre o Estado e a Nação e renovar a crença na viabilidade deste país.